

ANO V/1988 ISSN 0102-9479

Humanidades

18

Exterior US\$ 9,50 (surface) US\$ 14,50 (air)



Olhares e Literaturas da América Latina

O CERCO AO ÍNDIO BRASILEIRO

ESPAÇO INDÍGENA

A PAISAGEM NÃO É O LUGAR
O LUGAR NÃO É A TERRA
A TERRA NÃO É O MAPA
O MAPA NÃO É O PAÍS
O PAÍS NÃO É A NAÇÃO
A NAÇÃO SOMOS NÓS
SEM PAISAGEM, SEM LUGAR,
SEM TERRA...

O movimento constante do povoamento indígena no Brasil





Roque de Barros Laraia

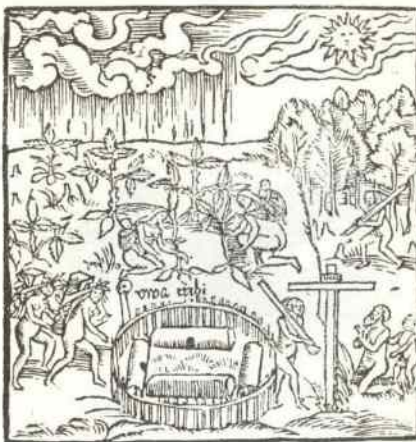
Quando e como o Brasil foi ocupado pelas suas populações aborígenes? Antes de tentarmos responder esta questão temos que considerar como inadequado o termo aborígene, porque podemos imaginar um momento no passado que faltava a nossa fauna o colorido da humanidade. Podemos imaginar que quando, afinal, esta ocupação ocorreu, uma longa caminhada tinha chegado ao seu fim. Durante anos intermináveis, os caminhantes e seus antepassados tinham atravessado geleiras imensas, padecido mil perigos, enfrentado feras nunca antes vistas, doenças desconhecidas e fugido de povos estranhos e aguerridos. Nessa imensa caminhada perderam-se no esquecimento as recordações da terra de origem. Uma nova cosmologia teve que ser criada, novos mitos inventados, novos deuses imaginados para melhor poder explicar o novo mundo. Terminava, então, a mais longa de todas as grandes marchas. Nela os caminhos foram abertos pela persistência do homem e os rastros dessa grande jornada ficaram marcados para sempre pelos ossos dos que sucumbiram.

Mas o término dessa peregrinação – como aqui foi colocada pela imaginação etnológica – não passa, na verdade, de uma figura literária, porque os achados arqueológicos, os documentos dos velhos cronistas e a própria tradição oral indicam o contrário. A nova terra continuou a ser o palco das longas caminhadas, das fugas intermináveis, das migrações messiânicas, modificando completamente, e remodelando a cada instante, o mosaico da distribuição espacial dos numerosos grupos indígenas que habitaram ou ainda habitam o nosso território.

Deixemos agora de lado as nossas insolúveis inquietações sobre um passado distante – que a arqueologia vem procurando tornar cada vez mais próximo – e vamos procurar concentrar a nossa atenção no povoamento do Brasil a partir do século XVI, quando o branco aqui chegou e, conseqüentemente, maiores são as nossas informações.

No século XVI podemos afirmar com certeza que o litoral era Tupi¹. Do Pará até o Paraná sucediam-se as aldeias Tupinambá e raras eram as intrusões de outros povos. Estas aconteciam no estado do Rio de Janeiro ou na Bahia. Não sabemos quando foi que os Tupi conseguiram esta hegemonia, mas há evidências de que quatro séculos antes dos portugueses chegarem à baía da Guanabara esta já era um território Tupi. Pelo menos, um dos aldeamentos do século XII persistiu até a metade do século XVI.





Os Tupi são povos culturalmente adaptados à floresta e vivem, há muito tempo, em diversos pontos de nosso grande interior. Mas numerosos grupos Tupi, num dado momento, atingiram o litoral e mudaram de habitat. O abandono do interior pela orla marítima teve, sem dúvida, uma grande repercussão no modo de vida desses grupos. Anteriormente, eram adaptados ao modo de viver da floresta que os limitava à existência em pequenas aldeias, que, por sua vez, dependiam de um rígido controle do crescimento demográfico. Com efeito, a nossa experiência de pesquisador de povos Tupi que ainda vivem nas matas demonstra a existência de grande quantidade de tabus sexuais que restringem ao máximo a possibilidade de procriação. No litoral, essas normas podem ser abandonadas porque encontram fontes inesgotáveis de proteínas animais que possibilitam o crescimento da população, expresso através de aldeias que abrigam mais de 1500 habitantes, contrastando com as das florestas onde a população raramente chegava a uma centena. E, o mais importante, a conquista do novo habitat não significou o abandono do antigo. Não representou uma perda, uma troca, mas um acréscimo, porque bem ali, em plena costa, estendia-se a cobertura verdejante da mata atlântica. Foi então possível a transformação em pescadores, marisqueiros, sem deixarem de ser caçadores e agricultores. Mas, mesmo no litoral, havia um limite para a população. O novo controle foi provavelmente assegurado por um tipo de organização social segmentário – tal como existe entre os Tiv na África –, possibilitando que uma linhagem patrilinear num momento de tensão política, ou mesmo de crise de alimentos, abandonasse a aldeia original para criar uma outra em outro ponto do litoral. Aldeias que geram aldeias, eis a explicação para a grande expansão Tupi na imensa costa do Brasil.

Grandes populações, uma ideologia guerreira e rituais antropofágicos combinam-se para o desenvolvi-

mento de uma organização militar, baseada em classes de idades (como ocorre na maior parte do mundo), que possibilitou o domínio do litoral até a chegada das naveas portuguesas. O faccionalismo e a inexistência de uma unidade política que congregassem todas as aldeias facilitaram a tarefa predatória do branco.

É verdade que muitos grupos Tupi não participaram desse empreendimento e continuaram em seu habitat interiorano, como por exemplo deve ter ocorrido com os Tupi da família lingüística Mondé, hoje localizados em Rondônia. O mesmo deve ser verdadeiro para os ancestrais dos Kawahib, da bacia do rio Madeira, e os Omágua e Emerilon, da margem esquerda do Amazonas. A aventura litorânea parece ter sido um empreendimento da família lingüística Tupi-Guarani. E, em grande parte, a motivação para essa empresa pode ser explicada pela preocupação messiânica de atingir o oceano e, através dele, caminhar por uma passagem mágica até a terra sem mal. Em 1914, Curt Nimuendaju deparou com um grupo Tupi-Guarani, os Apopokuva, que saindo do Paraguai atingiu o litoral paulista, próximo a São Vicente, em busca dessa terra encantada, onde não existem doenças, nem morte. Fenômeno idêntico foi relatado por Darcy Ribeiro, a propósito da viagem do índio Urubu-Kaapor, Wiratan, até o litoral maranhense, à procura de Mahyra, o principal morador da terra sem mal. Enfim, os Tupi-Guarani sempre demonstraram uma grande incomformidade diante do fato biológico da morte. Costumavam demonstrar esta incomformidade através da admiração e da inveja que sentem de Mahyra, que quando envelhece faz como as aranhas e as cobras: abandona a sua pele velha e enrugada, tomando-se novamente jovem e assegurando assim a imortalidade. Helene Clastres mostra como as migrações dos Guarani eram tentativas de "passar da existência finita dos humanos no Yvy imbá imeguá (terra má) para a vida sem fim destruída na yvy mare ey (terra sem mal), sem contudo atravessar os caminhos tenebro-



sos da morte".

Falamos de povoamento indígena do Brasil, mas quando o branco chega inicia-se, de fato, o despovoamento indígena do Brasil. Para fugir do extermínio certo – provocado pela força das armas ou das novas doenças – alguns grupos Tupi conseguem abandonar o litoral e internar-se nas matas, reconstruindo um tipo de vida que há muito tinham abandonado. É provavelmente o caso dos Urubu-Kaapor, que ainda no século XIX estavam localizados muito próximo à foz do rio Gurupi. Esse litoral era ocupado no século XVI por diferentes grupos Tupinambá. Assim, os Tupi que ainda restam são os descendentes de grupos que nunca chegaram ao litoral e daqueles que de lá fugiram quando se iniciou a ação devastadora dos portugueses. A única exceção são os Botiguara, que até hoje permanecem no mesmo local em que enfrentaram os portugueses, no século XVI, a baía da Traição, na costa paraibana.

GRANDES ALDEIAS EM ESPAÇOS ABERTOS

Se o litoral era domínio quase que exclusivo dos Tupi, o interior era compartilhado por numerosos grupos, pertencentes a uma grande variedade de troncos lingüísticos e expressando uma imensa variedade cultural.

Competindo com os Tupi na amplitude da dispersão pelo território nacional, existiam as numerosas tribos Jê, adaptadas culturalmente à imensa chapada que constitui a espinha dorsal do país. Grupos estes que, em tempos modernos, foram classificados em 3 subgrupos: os Jê do Norte, os Jê Centrais e os Jê do Sul.

Os Jê do Norte, divididos em Timbira e Kayapó, ocupavam os campos do Maranhão e do norte de Goiás, onde ainda hoje estão presentes. Mas até o século XVIII grupos Timbira eram encontrados no Piauí, nas cabeceiras dos formadores do Paranaíba. E tudo

indica que em uma época anterior atingiam as bordas do Ceará. Os Kayapó, hoje praticamente reduzidos ao sudeste do Pará e ao norte do Parque Nacional do Xingu, estendiam os seus territórios até o triângulo mineiro, o norte de São Paulo e região sudeste do Mato Grosso do Sul, entre os rios Nhandui, Pardo e Verde. A região, bem próxima à atual Goiânia, em 1723, segundo Antônio Pires Campos, era território Kayapó, com aldeias nos rios Turvo, Bois e Meia-Ponte.

Todo o território de Goiás era o habitat dos Jê Centrais: Xavante, Xerente, Xakriabá e Akroá que ocupavam até a margem esquerda do rio São Francisco, na Bahia. Remanescentes Xakriabá foram encontrados, há cerca de 15 anos, em território mineiro. Os Akroá, ao que tudo indica, estão extintos. Os Xavante trocaram o território goiano por matogrossense, nos meados do século XIX. Somente os Xerente continuam em seu habitat tradicional, principalmente no município de Tocantinia².

Os Jê meridionais ocupavam as terras de São Paulo onde foram conhecidos como Coroados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram vítimas de grande mortandade no início deste século, quando da construção da Estrada de Ferro Noroeste de São Paulo e da implantação das colônias alemãs no vale do Itajaí. Assim mesmo, existem ainda os seus remanescentes em todos esses estados. Os macro-Jê são hoje representados pelos Bororo, no Mato Grosso, e pelos Karajá, em Goiás.

O que distingue, a grosso modo, os Jê dos Tupi – além das diferenças lingüísticas – é em primeiro lugar a opção pelo tipo de habitat. Enquanto os Tupi preferem as florestas e constroem as suas pequenas aldeias em clareiras nas matas, os Jê preferem os espaços abertos, os cerrados, onde constroem as suas grandes aldeias. Não resta dúvida que é extremamente intrigante contrastar as dimensões das populações Tupi e Jê, quando existe uma crença de que a subsistência é muito mais fácil no interior pródigo da mata que na

aridez do cerrado. E mais intrigante ainda é saber que as grandes populações Jê são uma decorrência da necessidade de defesa de suas aldeias, impossíveis de serem escondidas como as Tupi. A manutenção de populações grandes em um meio adverso depende do domínio de um imenso território e a constante organização de expedições de caça e de coleta, que ocupam a metade do ano, além da elaboração de uma complexa organização social, o que não ocorre entre os Tupi (com exceção dos Tupinambá). A complexidade da organização social é reforçada por uma rica vida ritual, que, entre alguns grupos, expressa-se através de metades agâmicas³. Finalmente, podemos acrescentar que o sistema de parentesco Jê contrasta com o Tupi por ser este último bastante simples, geralmente elaborado segundo o modelo Iroquês, enquanto os dos Timbira, por exemplo, são caracterizados pelo alto grau de elaboração do modelo Crow-Omaha⁴.

A MEMÓRIA DE CRUÉIS MASSACRES

Mas apesar da importância histórica e demográfica dos grupos indígenas acima citados, não podemos limitar este esboço do povoamento indígena do Brasil a esses dois troncos lingüísticos. É necessário também fazer referências aos povos de língua Aruak, presentes nos tempos coloniais desde a América Central até a região do charco paraguaio. No Brasil, sempre estiveram concentrados na borda de nossos limites ocidentais. A maior penetração ao leste se deu no território do Amapá, com os Palikur e Aruã, sendo que estes últimos, no século XVII, dominavam a extremidade norte da ilha de Marajó. Este fato, somado as inegáveis habilidades ceramistas dos Aruak, levou algumas pessoas a acreditarem que a magnífica cerâmica Marajoara seria obra de artesãos desse grupo lingüístico. Todavia, esta é uma questão que somente os arqueólogos podem dar a última palavra. No sul, a localização mais oriental é a dos grupos Aruak do

Xingu, Waurá, Meinako e Yawalapiti, que são os responsáveis pela fabricação das excelentes peças zoomórficas da cerâmica xinguana.

A manifestação mais meridional dos Aruak continua sendo a da região pantanosa, na fronteira com o Paraguai: Kinikinau, Layana e Terena, todos da família lingüística Guaná. Os Terena constituem hoje o nosso maior contingente indígena, grande parte dos mesmos vivendo em condições urbanas nas cidades de Campo Grande, Miranda, Aquidauana e Dourados. Entre os fatos que chamaram a atenção dos etnólogos para estes grupos destacamos a excelente habilidade dos mesmos como ceramistas e a complexidade da organização social. Constituem um dos raros exemplos de sociedades indígenas estratificadas em camadas sociais. Os Terena, por exemplo, eram divididos em Nauti (nobres), Wahere (povo) e Kauti (escravos). Além disto, para efeitos matrimoniais eram divididos em metades endogâmicas⁵, fato este bastante raro na etnografia mundial.

Além dos Aruak, é necessário falar também dos Botocudos, dos Puri, dos Krenak e dos Masakari, que até o raiar de nosso século ocupavam as matas do rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, do rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e do rio Pardo, na Bahia. Poucas foram as informações etnográficas deixadas sobre estes grupos, e os poucos remanescentes ainda guardam na memória as lembranças dos cruéis massacres de que foram vítimas. São estes povos, de filiações lingüísticas diferentes, os exemplos mais marcantes da grande tragédia que foi o contato entre índios e brancos no Brasil. Infelizmente esses massacres se repetiram em diferentes pontos geográficos, em diferentes ocasiões, e ainda está em nossa lembrança o cruel bombardeio de uma aldeia Cinta Larga, há 20 anos atrás.

Seria muito cansativo, para os leitores, continuar enumerando os diferentes gru-

pos e sua localização no espaço e no tempo, por isso nos limitamos aos exemplos que foram dados e passaremos a fazer algumas considerações que julgamos importantes.

DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E CULTURAL

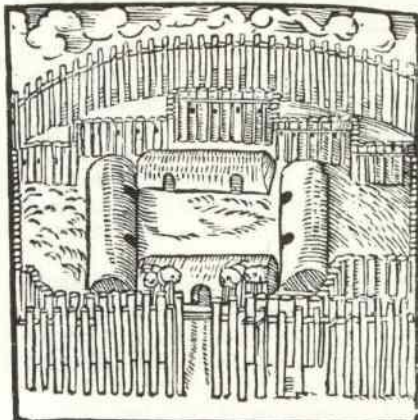
A questão do povoamento indígena do Brasil, numa perspectiva diacrônica, é uma tarefa que pertence principalmente à arqueologia, ainda que a etnologia possa colaborar em alguns momentos. Só a investigação arqueológica, realizada de forma sistemática, pode preencher o imenso vazio de conhecimento que temos sobre muitas áreas de nosso território. Nada sabemos, por exemplo, sobre a ocupação de toda a área central de Minas Gerais e da Bahia. Só a arqueologia poderá fazer a distinção entre grupos historicamente rotulados sob uma mesma denominação que, em épocas diferentes, aparecem nos mais desconhecidos pontos do território nacional, como Coroados, Canoeiros, Araras, Botocudos, etc.

A arqueologia pode principalmente estabelecer a rota de movimentação dos grupos indígenas e oferecer subsídios importantes para algumas questões que há muito tempo têm preocupado os etnólogos, como por exemplo o ponto de dispersão dos Tupi. Esta questão está diretamente relacionada com a dinâmica cultural que dá origem a cada grupo. Quando falamos de Tupi temos que imaginar a existência primordial de um grupo macro Tupi que deu origem a todas as famílias lingüísticas deste tronco. E esta dinâmica cultural, que se processou no decorrer de muitos séculos, foge à compreensão da etnologia, mas pode ser investigada tanto pelos arqueólogos, através da análise de restos culturais possíveis de serem encontrados, como pelos lingüistas, que mediante uma investigação grotocronológi-

ca podem saber muito da origem de cada língua.

Outros especialistas podem ser ouvidos em questões como estas e gostaríamos de lembrar, como exemplo, os ecologistas que sustentam teses bastante interessantes. Uma delas é que a imensa floresta amazônica – que aos nossos olhos tem a dimensão da eternidade – é extremamente recente. A sua formação dataria de cerca de 2000 anos. Antes dela existiriam numerosos bosques que, na grande planície, eram separados por campos intermínáveis. Pouco a pouco, os espaços vazios foram ocupados pela mata e tal fato explicaria a diversidade de fauna e de flora. Aceitando esta teoria poderíamos acrescentar que seria também possível com os mesmos fatos explicar a grande diversidade lingüística e cultural encontrada na maior bacia terrestre.

São muitas as hipóteses que o tema referente ao povoamento aborígene do Brasil pode suscitar. Mas não devemos olhar somente para este passado notável, que abriga todas as realizações da mente humana em nosso território, mas voltar também os nossos olhos para o futuro e imaginar que este só pode continuar sendo rico se continuar contendo a maravilhosa diversidade cultural gerada, e a cada instante reformulada, por esses povos de olhos amendoados que em um passado distante enfrentaram as grandes geleiras, os perigos sem nomes, para atingir esta terra que então transformaram na prometida. E este passado e o futuro que desejamos só podem ser entendidos através de um presente, no qual os direitos dessas populações sejam respeitados e que os homens "brancos" compreendam que acima dos lucros proporcionados pela exploração agrária ou extrativista, devem prevalecer os valores que de fato dignificam a espécie humana. E, entre estes valores, o maior deles é com certeza o respeito àqueles que sendo nossos semelhantes são diferentes.



Roque de Barros Laraia é antropólogo e professor do Depto. de Antropologia da UnB.

Notas

1. Tupi é a denominação genérica para todos os povos indígenas que falam línguas pertencentes ao tronco lingüístico conhecido por essa denominação. Este tronco, que se formou há aproximadamente 5 000 anos, está dividido nas seguintes famílias lingüísticas: Tupi-Guarani, Yuruna, Arikém, Tupari, Ramarãma e Mondé. Os Tupinambá, que habitavam todo o litoral desde o Pará até o Paraná, falavam uma língua da família Tupi-Guarani. Segundo Aryon Rodrigues, autor desta classificação, o Tupinambá e o antigo Guarani eram dialetos de uma mesma língua.
2. Há indícios de que, em época anterior, tanto os Xerente como os Xavante habitavam o território baiano.
3. Algumas sociedades estão divididas em dois segmentos sociais denominados metades. As metades geralmente são exogâmicas, isto é, determinam que uma pessoa só pode casar com alguém da metade diferente da sua própria. Existem, entretanto, metades que não controlam as escolhas matrimoniais e têm, apenas, objetivos rituais. Este tipo pode ser encontrado entre os Jê.
4. É difícil, no espaço deste artigo, fazer a distinção entre sistemas de parentesco do tipo Iroquês e os do tipo Crow-Omaha. Assim, nos limitaremos a apontar a seguinte diferença: no Iroquês os termos de parentescos estão vinculados a um determinado nível genealógico. Por exemplo, o termo equivalente a Pai somente pode ser encontrado na 1ª geração ascendente. No Crow-Omaha um mesmo termo se repete em várias gerações sucessivas: o termo equivalente a Pai, utilizado como exemplo, pode ser encontrado em vários níveis genealógicos.
5. Complementando as informações da nota 3 podemos dizer que metades endogâmicas são aquelas em que uma pessoa deve casar com alguém de sua própria metade.

Referências Bibliográficas

1. Beltrão, Maria da Conceição M. & Roque de Barros Laraia. "O método arqueológico e a interpretação etnológica" in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 17, Rio de Janeiro (1969), 1971.

2. Bohanan, Paul. "Expansion and migration of the Tiv", in *África*, XXIV, 1954.
3. Cardoso de Oliveira, Roberto. *Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terena*, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1976.
4. Clastres, Helene. *Terra sem Mal: O profetismo Tupi-Guarani*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.
5. Melatti, Julio Cesar. *Índios do Brasil*, Hucitec/ Editora Universidade de Brasília, 5ª edição, São Paulo, 1987.
6. Ribeiro, Darcy. *Uirá sai à procura de Deus*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
7. Rodrigues, Aryon Dall'Igna. "A classificação do tronco lingüístico Tupi" in *Revista de Antropologia*, vol. XII, São Paulo, 1964.

Resumen

EL CONSTANTE MOVIMIENTO DE LOS INDÍGENAS BRASILEÑOS

? Cómo percibir el vacío inmenso de conocimiento que tenemos sobre el establecimiento indígena en muchas áreas del territorio nacional? El movimiento de diversos grupos, el punto de dispersión de los tupies y la variedad lingüística y cultural son otros tantos temas que merecen una sistemática investigación arqueológica con el auxilio de etnólogos, lingüistas y ecólogos.

Abstract

THE CONSTANT SHIFTING OF INDIGENOUS SETTLEMENT IN BRAZIL

How are we to gauge our immense lack of knowledge about indigenous settlement in many areas of Brazil's territory? The routes along which the different indigenous groups moved, the point from which the Tupi Indians dispersed and the linguistic and cultural diversity of Brazil's Indian societies are also matters that deserve a systematic archaeological investigation, carried out with the assistance of ethnologists, linguists and ecologists.